

A::G::D::G::A::D::U::

**A::R::L::S:: Solidariedade e Concórdia – 3102
Grande Oriente do Brasil**

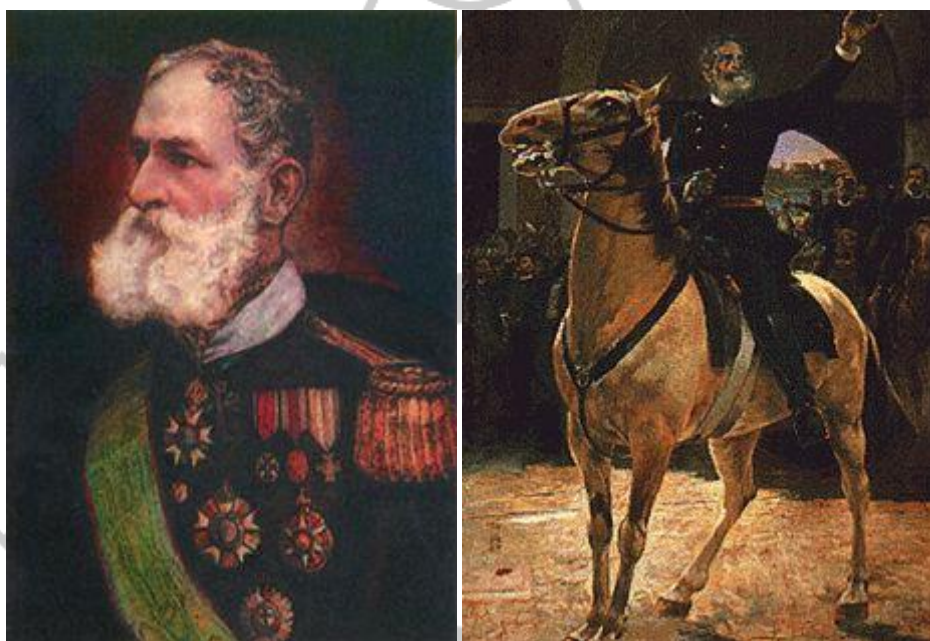
Proclamação da República do Brasil



Ir.: Ariovaldo Tadeu Mazzola - M.: M.:

Grande Oriente do Brasil

Meus Irmãos, venho por meio deste meu singelo e sucinto texto, expor aos Irmãos, fatos do Brasil Imperial que vieram a culminar na proclamação da República em 15.11.1889, pelo Marechal Deodoro da Fonseca.



Antes porém, gostaria de expor a definição clássica da palavra república:

- palavra composta, de origem latina, “RÉS PUBLICA”, que significa coisa do povo, ou coisa pública.

Seu conceito não fica isento de dualidades de interpretação, confundindo-se às vezes com democracia às vezes com liberalismo, ou às vezes tomado simplesmente no seu sentido de "bem comum". Hoje em dia, o termo refere-se, regra geral, a um sistema de governo cujo poder emana do povo, com chefes de governo eleitos direta ou indiretamente por este, salvo os casos em que as repúblicas se transformam em regimes ditatoriais e autoritários, e mantem o nome “república” a fins contemplatórios.

Pois bem, é do saber de todos que o regime de governo no Brasil, antes da República era a Monarquia, e engana-se quem pensa que as idéias republicanas no em nosso país surgem em torno da proclamação da República. O projeto de instituição de uma república federativa já estava presente no cenário político do Primeiro Reinado (1822-1831), assim como no período das regências (1831-1840), bem antes de 15 de novembro de 1889. Cito abaixo um trecho de artigo do Jornal fluminense Nova Luz brasileira, de novembro de 1829 :

“A Nova Luz quer que o Povo Brasileiro fique certo que não se deve confiar em mandatário, cujo poder não é revogável e temporário”.

Curiosamente, a idéia em prol da instauração da república no Brasil não recaía na história ou no passado, mas sim na geografia, ou seja, no pertencer ao continente americano. Da mesma forma, a ausência de aristocracia na América assinalava a especificidade do continente e tornava a monarquia inconciliável com o Novo Mundo. Nesse contexto, gostaria de fazer alusão a um Ir.: em particular: Joaquim Gonçalves Lêdo, que foi uma das mentes por trás do movimento republicano na época do Primeiro Reinado, e que veio a causar fervorosa disputa com outro Ir.: , José Bonifácio de Andrada e Silva, sendo este defensor da Monarquia. A esta questão em particular, muito se fala sobre a influência da maçonaria francesa, e seus ideais revolucionários no pensamento do Ir.: Gonçalves Lêdo, e a dita maçonaria “vermelha”, e indo um pouco mais a fundo na questão, pode-se também chegar a influência da Ordem Illuminati na dita maçonaria “vermelha”, a este ponto porém, gostaria de indicar o trabalho do Ir.: Basílio Thomé, publicado no site da A.: R.: L.: S.: Solidariedade e Progresso - 3078, que brilhantemente aprofunda o assunto.

Voltando ao cunho histórico, outro fato que merece ser comentado, é o de não se incluírem nos ideais republicanos da época, a abolição da escravatura, e o tema república associado a abolição, evocava na época a revolta ocorrida no Haiti, que se findou em 1804, com a morte de todos os habitantes da raça branca no país, fato este que se desejava manter distância. Com o passar dos anos os anseios federalistas, ou a garantia da descentralização política e administrativa, animavam o ideário republicano. No entanto, nem sempre federação seria sinônimo de república. Em Pernambuco, a autonomia provincial tinha primazia sobre a forma de governo, desde que a monarquia fosse “autenticamente constitucional e preservasse tais franquias”. Tais idéias culminam na proclamação de uma república confederada, apoiada pelo Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte – a Confederação do Equador. Após quatro meses de embates, o movimento foi sufocado por violenta repressão das tropas imperiais.

Associado ou não à república, o clamor federalista rondava as revoltas do período imperial. Outros movimentos similares irromperam na época como é o caso da “Sabinada” (1837-1838) na Bahia, e a Guerra dos Farrapos (1835-1845) no Rio Grande do Sul, este porém visava a total separação do Império. Apesar de suas especificidades, muitas denunciavam a centralização política e administrativa como responsáveis pela opressão fiscal, que carreava recursos para o Rio de Janeiro, então capital do país, outro ponto importante é o que a maioria dos movimentos republicanos iniciaram-se no nordeste do país e chegaram posteriormente às regiões sul e sudeste.

O tema república ganharia novo impulso na década de 1870, com a divulgação do Manifesto Republicano no Rio de Janeiro. O documento atacava as instituições políticas do Império, o Poder Moderador, o caráter vitalício do Senado. O republicanismo do final do século deslocava então seu eixo para as províncias do centro-sul do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais. Ainda assim, o movimento era heterogêneo. No Rio de Janeiro, aglutinava setores médios urbanos, mais atentos à defesa das liberdades e direitos individuais, à representação política e, particularmente, entre algumas lideranças como José do Patrocínio (1854-1905), à luta pelo fim da escravidão. Já em São Paulo, a campanha republicana congregava, em sua maioria, cafeicultores, para os quais a instauração do federalismo republicano significava colocar o governo provincial a serviço de seus interesses.

Muitas opiniões, diferentes conceitos, projetos distintos. Mas ao final do século XIX, a república deixava o mundo das idéias para se tornar uma realidade possível, e essa realidade possível tem por trás um homem, que de figura coadjuvante passou a ter real importância na proclamação da república, ele porém não era um republicano, mas sim o próprio imperador Pedro II. Gostaria eu de discorrer um pouco mais sobre este, que foi de certa forma um homem à frente de seu tempo, em muitas decisões e forma de lidar com as situações que lhe ocorreram. Pedro II recebeu uma grande influência por parte do pai e também de seus mestres quanto a sua visão em relação as demais etnias e culturas existentes no mundo. Em um período



onde era comum o entendimento científico de que existia de fato uma separação racial entre brancos, negros e amarelos, o Imperador sempre demonstrou um profundo ceticismo ao fato e nunca se deixou convencer pela tese de diferenciação racial.

Por ser um homem naturalmente tímido e avesso a intimidades, o monarca possuía poucos e sinceros amigos. Um deles se chamava Rafael, negro e veterano da Guerra da Cisplatina, trabalhava no paço como seu criado particular (e havia sido também homem de confiança de seu pai, Pedro I). Tendo tido uma infância solitária e triste, um dos atenuantes para Pedro II foi o carinho recebido por parte de Rafael, que servira de certa forma como um pai, o qual o pequeno Pedro não tivera. A amizade de ambos viria a perdurar até o fim do regime monárquico e Rafael inclusive o acompanhou em uma de suas viagens ao exterior, Rafael já um octagenário, viria a falecer em 15 de novembro de 1889, ao saber que Pedro II seria exilado. Também são conhecidas suas relações com o veterano da

guerra do Paraguai, Cândido Fonseca Galvão, figura quase folclórica no Rio de Janeiro, líder da comunidade de negros livres da cidade, conhecido como Dom Obá II, e o ilustre engenheiro André Rebouças, também negro, tinha este grande trânsito junto à família imperial, e, após a proclamação da República, autoexilou-se em solidariedade ao Imperador. Sua visão quanto à escravidão e a própria condição do negro no mundo moderno fora afetada por sua criação. E assim percebera, não só como apreciador da ciência, mas também como cristão e governante, o grave erro que seria manter o regime escravocrata no Brasil. Entretanto, sabia perfeitamente que seria impossível abolir a escravidão de uma forma simples e direta, pois acreditava que tal ato viria a causar uma guerra civil semelhante a que ocorreu nos EUA em 1860 e desestabilizaria irremediavelmente a economia brasileira, levando o país ao colapso. Dessa forma, dom Pedro realizou um projeto de extinguir a escravidão por etapas, a iniciar por uma iniciativa pessoal sua, que ao ser declarado maior de idade recebeu como parte de sua herança pouco mais de quarenta escravos e mandou libertar todos.

O Imperador nunca escondeu do público a repulsa que possuía pelos traficantes de escravos e da própria escravidão. Inclusive, nem os interesses dos políticos, lavradores e proprietários de escravos pesaram de forma alguma em suas deliberações ou opiniões. Foi iniciativa sua aproveitar a crise com a Grã-Bretanha durante a década de 1840 e pressionar os políticos a extinguirem de fato o tráfico de escravos, chegando a ponto de ameaçar abdicar a ter que manter o comércio. Seu esforço revelou-se frutífero e em 4 de setembro de 1850 foi promulgada uma lei que tornou o tráfico ilegal. No início da década de 1860, o monarca manifestou o seu interesse em levar a cabo o seu projeto de abolição gradual da escravidão, pois obtivera sucesso em eliminar a principal fonte de novos escravos: a importação. Agora desejava extinguir outra fonte: o nascimento de novos escravos. E deixou claro em carta:

"A emancipação dos escravos, consequência necessária da abolição do tráfico, não é senão uma questão de forma e de oportunidade. Quando as circunstâncias penosas [referia-se à Guerra do Paraguai] em que se encontra o país o permitirem, o Governo Brasileiro considerará objeto de primeira importância a sua realização"

Terminado o conflito com o Paraguai, uma nova lei foi promulgada em 18 de setembro de 1871, concedendo liberdade a todos os filhos nascidos de escravas a partir

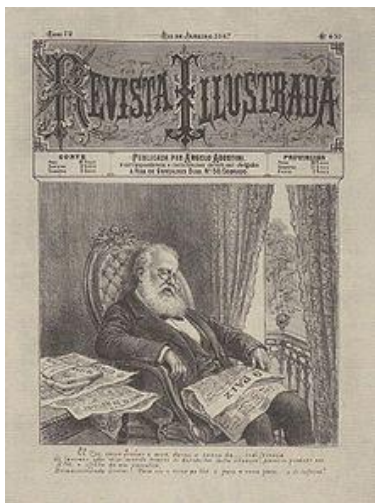
daquela data. Seu próximo projeto foi à libertação dos escravos sexagenários: tal idéia não fora concebida tendo em vista uma emancipação ampla, mas sim, concluir um trabalho longo que iniciara com a extinção do tráfico. Não havendo mais escravos a nascer, e os idosos sendo libertados, seria questão de tempo até que a escravidão deixasse de existir em território nacional, ao mesmo tempo em que não abalaria a economia e permitiria aos agricultores buscarem formas alternativas de mão-de-obra. Pedro II não teve participação na promulgação da Lei Áurea ocorrida três anos depois por sua filha e herdeira, a Princesa Isabel, por estar em viagem a Europa. Mas ao ouvir a notícia da extinção completa da escravidão em solo brasileiro, um sonho alentado desde sua juventude, proferiu emocionado em seu leito de enfermo:

"Grande Povo! Grande Povo!"

Mesmo assim, tornou-se a figura mais popular do país com a abolição. O historiador Heitor Lyra em sua biografia acerca do imperador, "História de Dom Pedro II", asseverou:

"O inspirador da campanha [abolicionista], o estrategista dela, a alma do movimento, aquele que buscara o general, o Presidente do Conselho de Ministros e o colocara na frente da Assembléia Geral, que lhe armara o braço e o prestigiara na avançada, com uma decisão sempre firme, constante, fiél, fora o Imperador."

A tolerância do Imperador não se restringia somente aos negros, mas também aos muçulmanos, pois acreditava que a paz mundial seria sempre uma utopia, enquanto não se estabelecesse uma sincera conciliação entre o Ocidente e o Oriente. O mesmo se estendia aos judeus, como na vez em que respondeu ao seu amigo Gobineau a razão de não existir leis no Brasil contra os mesmos:



"Não combaterei os judeus, pois de sua raça nasceu o Deus da minha religião".

Segundo o historiador Joé Murilo de Carvalho, nunca o Brasil desfrutou de tanta liberdade de expressão quanto no Segundo Reinado. Até mesmo injúrias ao monarca eram publicadas, não admitindo ele, que estas fossem punidas, ou que os jornais que as divulgavam fossem processados ou fechados. Com efeito, no Brasil republicano proíbe-se o anonimato nos órgãos de imprensa, que era aceito no período imperial. Mas, de todo modo, o imperador defendia a liberdade de imprensa por convicção e não por conveniência.

O republicanismo como movimento constante surge então no Brasil em 1870 no Rio de Janeiro, com o lançamento de um manifesto assinado por 57 pessoas e a criação do Clube Republicano. Em 1873 surge Partido Republicano Paulista em São Paulo, que afirmava que a escravidão deveria ser tratada apenas pelos partidos monarquistas, porém boa parte dos republicanos paulistas eram fazendeiros, e proprietários de escravos. A maior parte dos republicanos tinha por objetivo esperar a morte de Pedro II e por meios pacíficos (como um plebiscito, por exemplo), impedir o reinado da Princesa Isabel. Os republicanos não desejavam qualquer "reajuste social" e não "eram revolucionários no sentido próprio do termo. O movimento "teve evolução lenta e irregular, concentrado nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Era um grupo extremamente reduzido, com precária a organização nas províncias e nenhuma coesão, sem a menor sombra de ligação. O único grupo republicano que possuía alguma notoriedade era o Partido Republicano Paulista, que conseguiu eleger apenas dois deputados gerais em 1884. Na década de 1880, angariou simpatizantes em número menor que o abolicionismo, e num ritmo mais lento. Seu número aumentou somente após 1888, com a adesão de fazendeiros donos de escravos que se sentiram injustiçados pela extinção da escravidão sem

qualquer tipo de indenização. Ainda assim, em 1889 os republicanos declarados eram provavelmente uma pequena minoria.

Como os próprios republicanos reconheciam, o partido não tinha tamanho, organização e apoio popular suficientes para derrubar o regime monárquico. Sua propaganda louvava repúblicas como os Estados Unidos, a França e Argentina, mas convenientemente ignoravam monarquias progressistas como o Reino Unido e as nações escandinavas. Em 1889, seus membros eram alguns discursadores de praça pública e jornalistas. Estavam longe de poder desenvolver uma propaganda que pudesse abalar, os alicerces do trono. Foi na verdade uma crise entre militares, religiosos e Governo, de origem e evolução muito diversas do republicanismo, e a própria "perda" da vontade de continuar liderando o país por parte do imperador, e seu indiferença pela sorte do regime, contribuíram para o desprestígio e consequente queda da Monarquia.

Em 9 de novembro de 1889, um grande número de oficiais se reuniu no Clube Militar, presidido pelo Tenente-Coronel Benjamin Constant, e decidiu realizar o golpe de Estado para derrubar a monarquia. Dois dias depois, na casa de Rui Barbosa, alguns oficiais, incluindo Benjamin Constant e o Marechal Deodoro da Fonseca, além de outros dois civis, Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo, foi confirmada a realização do golpe. Foi à única reunião que contou com a participação dos republicanos civis e Deodoro não desejava a presença dos mesmos no que considerava um problema militar. Deodoro ainda hesitava e comentou que gostria de acompanhar o cortejo fúnebre do imperador, pois o respeitava muito. Mas acabou cedendo depois de pressionado. Às 23 horas do dia 14 de novembro, Deodoro assumiu o comando de 600 homens, cuja maioria não sabia o que estava ocorrendo ou acreditava que iria se defender de um ataque da da Guarda Negra (milícia formada por ex-escravos, simpatizantes da família Imperial, onde que nela ingressavam o faziam por um ritual inicático). Alguns poucos republicanos deram vivas a república, mas Deodoro mandou-os calarem a boca.

O Presidente do Conselho de Ministros, Afonso Celso, Visconde de Ouro Preto, ao saber da revolta partiu com os demais ministros do Gabinete para o Quartel-General do Exército que se localizava no Campo de Santana, no coração da capital. As tropas supostamente leais eram maiores e mais bem armadas que as rebeldes. O Comandante do Exército, Marechal Floriano Peixoto garantiu ao ministro Afonso Celso a lealdade de suas tropas, mas era secretamente aliado dos revoltosos. Floriano e o Ministro da Guerra Rufino Enéias, Visconde de Maracajú (primo de Deodoro) ignoravam as reiteradas ordens do mistro Afonso Celso para que as tropas leais atacassem os rebeldes que se aproximavam do Quartel-General. Tentou inclusive convencê-los relembando os atos de bravura dos militares brasileiros na Guerra do Paraguai, mas recebeu como resposta de Floriano:

"mas lá tínhamos a frente inimigos, e aqui somos todos brasileiros"

Este então finalmente compreendeu o alcance da rebelião. As tropas supostamente leais abriram os portões do Quartel-General para Deodoro e este gritou: "Viva Sua Majestade o Imperador!" Deodoro encontrou-se com Afonso Celso e afirmou que enviaria pessoalmente ao imperador uma lista com nomes que iria indicar para um novo gabinete. Para a decepção dos republicanos civis e militares, Deodoro não havia proclamado a República e dava a entender que iria apenas derrubar o Conselho. Deodoro não tinha certeza de que deveria agir contra Pedro II e os próprios rebeldes não acreditavam na possibilidade de sucesso do golpe. As poucas pessoas que presenciaram a movimentação da tropa não sabiam o que estava ocorrendo, e nas palavras do republicano Aristides Lobo, assistiam a tudo "bestializadas". "Raramente uma revolução havia sido tão minoritária".

Na manhã do dia 15 Pedro II estava em Petrópolis quando recebeu um primeiro telegrama de Ouro Preto avisando da rebelião, mas não deu importância ao fato. O monarca recebeu um segundo telegrama as 11 da manhã quando saia da missa em homenagem aos 45 anos da morte de sua irmã Maria II e decidiu retornar ao Rio de Janeiro. Sua esposa demonstrou preocupação e ele apenas respondeu:

"Qual senhora, chegando lá isso acaba!"

Viajou de trem, lendo jornais e revistas científicas, sem imaginar a gravidade da situação e chegou ao paço às 3 da tarde. André Rebouças sugeriu que partisse para o interior para organizar uma resistência. O Marquês de Tamandaré, então comandante da Marinha, pediu a permissão do Imperador para atacar as tropas de Deodoro. Gostaria de rassaltar neste exato ponto, o fato do movimento republicano ter entre seus participantes militares, apenas oficiais e subalternos pertencentes ao exército, ficando a Marinha totalmente leal ao Imperador, e nesse momento perigoso e por não dizer belicoso, poderia ter ocorrido um embate entre as duas forças, sendo que a Marinha possuía uma das esquadras mais modernas e poderosas do mundo na época, devido à própria guerra contra o Paraguai, e também o Corpo de Fuzileiros Navais, uma tropa bem armada e bem treinada, que até os dias de hoje tem sua base na Ilha das Cobras, na cidade de Niterói no R.J., essa tropa é também até os dias atuais a única formada por "soldados" profissionais, alistados e não recrutados, e é tropa de primeiro emprego em qualquer conflito, devido ao seu alto nível de operacionalidade e mobilidade. O exército por sua vez, possuía contingente razoável, e contava com "suposto" apoio militar dos E.U.A.. Caso o embate tivesse sido levado à cabo, a sequência dos fatos seria de uma iminente guerra civil, que iria acabar por alastrar-se para as demais províncias, com conseqüências, resultados e baixas tanto civis como militares, difíceis de serem previstas. O Imperador por sua vez, permanecia calmo e simplesmente ignorava todos os pedidos para resistir, dento dito:

"Isso é fogo de palha, conheço meus patrícios".

O ministro Afonso Celso chegou ao paço às 4 da tarde e sugeriu a Pedro II que nomeasse o senador Gaspar da Silveira Martins, do Partido Majoritário, como o novo Presidente do Conselho de Ministros, porém este foi descartado uma vez que se encontrava em viagem ao Rio Grande do Sul, surge então o nome de José Antonio Saraiva, o conselheiro ficaria a cargo de formar um novo gabinete. Note-se que até esta altura dos acontecimentos, a República ainda não havia sido proclamada, e o movimento apenas havia derrubado o Conselho de Ministros. O Marechal Deodoro evitava então encontrar-se pessoalmente com Pedro II e permanecia em sua residência. Enquanto isso no paço, estavam reunidos Pedro II e Afonso Celso, estava também presente na sala, como oficial ajudante o Major Sólton Sampaio Ribeiro, este que acabou por levar a Deodoro a notícia da nomeação de "Silveira Martins", como novo presidente do Conselho de Ministros, porém sem mencionar a verdadeira indicação que era Antonio Sariva. O Marechal Deodoro e o senador Siveira Martins eram inimigos não apenas no campo político !!! a inimizade entre Deodoro e Martins, dava-se ao fato de ambos terem disputado como "consorte" a viuva Adelaide, a Baronesa do Triunfo, no período em que ocupavam cargos no estado do Rio Grande do Sul. O conselho de ministros ainda não estava reunido no paço, para oficializar Antonio Saraiva como novo presidente, e o Imperador hesitava em convocá-lo, como que por "saber" o que realmente estava se passando. A própria Princesa Isabel insistia com o pai para que convocasse o Conselho de Estado para discutir a questão, mas sempre ouvia como resposta:

"Mais tarde !!! minha filha, mais tarde !!!"

A princesa, por conta própria, chamou os conselheiros. O Conselho de Estado reuniu-se tarde da noite e Pedro II oficializou a nomeação de Antonio Saraiva ao invés de Silveira Martins. Saraiva aceitou o cargo e enviou um emissário para dialogar com Deodoro, este porém, mais cedo havia recebido a visita do Major Sólton, com a notícia da nomeação de Silveira Martins, e decidiu então por vez proclamar a República. Porém ao receber a visita dos emissários de Sariva, Deodoro proferiu a frase:

"Tarde demais !!!"

Ao saber da notícia, Pedro II comentou:

"Se assim for, será a minha aposentadoria. Já trabalhei muito e estou cansado. Irei então descansar".

No dia 16, um sábado, a família imperial permaneceu no paço, que foi cercado por um regimento de cavalaria. Pedro II apenas lia revistas científicas, demonstrando calma o dia inteiro. Às 3 da tarde, o major Solón Sampaio Ribeiro apareceu no paço para informar a Família Imperial de que a República havia sido proclamada, e que deveria partir em 24 horas para o exílio. Os republicanos não tiveram coragem para se enfrentar face a face com o Imperador, que intimamente admiravam, e enviavam oficiais subalternos para se comunicarem com Pedro II. Solón ao cumprimentar o imperador o chamou de vossa excelência, mas Pedro II manteve-se impassível. Chamou-o em seguida de vossa alteza e finalmente de vossa majestade. O Major falou:

"Venho da parte do Governo Provisório, entregar respeitosamente a Vossa Majestade esta mensagem. Não tem Vossa Majestade uma resposta a dar?"

O imperador:

"Por ora não."

Solón:

"Então posso retirar-me?"

E por fim, Pedro II falou:

"Sim."

A notícia do banimento levou as mulheres presentes a chorarem, enquanto os homens ficaram emocionados, com a exceção de Pedro II, que permanecia sereno e indiferente aos acontecimentos. O monarca decidiu viajar na tarde do dia seguinte, 17 de novembro e enviou uma mensagem escrita ao Governo provisório avisando que aceitava partir do país.

O Governo republicano temia que no dia 17, uma segunda-feira, ocorressem manifestações a favor do imperador. O tenente coronel Mallet foi enviado para avisar que a família imperial deveria partir imediatamente. Houve certa comoção até que Pedro II apareceu na sala e fez-se silêncio. Então perguntou ao Imperador:

"Que é isto? Então vou embarcar a esta hora da noite?"

Mallet respeitosamente respondeu que o Governo pediu para que embarcasse de madrugada. Então ocorreu num diálogo entre ambos, o imperador teve a confirmação da participação de Deodoro no golpe e exclamou por fim:

"Então estão todos malucos!!!"

O Imperador recusou-se a partir naquele momento alegando que não era um escravo que fugia no meio da noite. Mallet buscou persuadir Pedro II alegando que estudantes republicanos fariam manifestações contra a sua pessoa. O imperador revelou-se descrente:

"Quem dá importância a estudantes?"

Neste exato momento, ouviram-se tiros do lado de fora. Mallet retirou-se do paço para descobrir o que havia ocorrido. Cerca de quinze marinheiros tentaram desembarcar dando vivas ao Imperador, mas foram rechaçados pelas tropas revoltosas e em seguida aprisionados. Mallet retornou ao prédio e afirmou a Pedro II que eram republicanos exaltados que tentavam atacar a ele e sua família. Assim, o imperador aceitou partir.

Quando Pedro II saiu do paço, os soldados do lado de fora apresentaram instintivamente as armas e ele correspondeu erguendo o seu chapéu. Pouquíssimas pessoas viram a partida. Foram trasladados para o vapor Parnaíba e em seguida para o navio Alagoas, de onde partiram para a Europa quase um dia depois, a uma hora da madrugada de 18 de novembro. Antes de seguir definitivamente, Pedro II enviou uma mensagem curta ao seu fiel amigo, o Almirante Tamandaré, que permaneceu ao seu lado o tempo todo:

"O que está feito, está feito. Resta estabelecer a ordem e consolidar as vossas instituições".

Ao saber da partida, Benjamin Constant falou:

"Está cumprido o mais doloroso dos nossos deveres."

Depois, Rui Barbosa, lembrando o ocorrido, falou ao Major Carlos Nunes de Aguiar que estava ao seu lado assistindo de longe o navio levantar âncoras:

"Você tem razão de chorar. É o fim da monarquia mas não do mito chamado Pedro II".

O governo chefiado por Deodoro "foi pouco mais que uma ditadura militar. O exército dominava tudo tanto no Rio de Janeiro quanto nos estados. A liberdade de imprensa desapareceu e as eleições eram controladas por aqueles que estavam no poder". O regime republicano que se seguiu a monarquia revelou-se extremamente instável. Em "pouco mais de um século de existência, a República brasileira enfrentou doze estados de sítio, dezessete atos institucionais, seis dissoluções do Congresso, dezenove revoluções militares, duas renúncias presidenciais, três presidentes impedidos de tomar posse, quatro presidentes depostos, sete Constituições diferentes, quatro ditaduras e nove governos autoritários".

O Brasil República pode ser dividido em cinco fases:

- República Velha
- República nova / Era Vargas
- República Populista
- Ditadura Militar
- Nova República

República Velha (1889 – 1930)

O período se inicia com a Proclamação da República, em 1889. Em 1891, é promulgada a primeira constituição da era republicana.

Também conhecido como República das Oligarquias, o período foi marcado por governos ligados ao setor agrário, que se mantinham no poder de forma alternada: a “política do café com leite”. A quebra dessa troca de governo provocou a Revolução de 1930 e marcou o fim da República Velha.

Presidentes:

- Marechal Deodoro da Fonseca - 1889 / 1891
- Marechal Deodoro da Fonseca - 1891 / 1891
- Marechal Floriano Vieira Peixoto - 1891 / 1894
- Prudente José de Moraes Barros - 1894 / 1896
- Manuel Vitorino - 1896 / 1898
- Manuel Ferraz de Campos Salles - 1898 / 1892
- Francisco de Paula Rodrigues - 1892 / 1906
- Affonso Moreira Penna - 1906 / 1909
- Nilo Procópio Peçanha - 1909 / 1910
- Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca - 1910 / 1914
- Wenceslau Brás Pereira Gomes - 1914 / 1918
- Delfim Moreira da Costa Ribeiro - 1918 / 1919
- Epitácio da Silva Pessoa - 1919 / 1922
- Arthur da Silva Bernardes - 1922 / 1926
- Washington Luis Pereira de Souza - 1926 / 1930

República Nova / Era Vargas (1930-1945)

Os primeiros anos da Era Vargas foram marcados pelo clima de tensão entre as oligarquias e os militares principalmente no estado de São Paulo – o que provocou a Revolução Constitucionalista de 1932.

Em 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) promoveu uma tentativa de golpe contra o governo Getúlio Vargas – a Intentona Comunista. Getúlio aproveitou o episódio para declarar estado de sítio e ampliar seus poderes políticos. Nessa época, Getúlio adotou um discurso nacionalista e começou a articular um movimento pela sua permanência no cargo. Mas em 1945, o Exército derrubou o presidente.

Após a queda de Getúlio, o general Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente. A Assembléia Constituinte criou a quinta constituição brasileira, que estabeleceu os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Em 1950, Getúlio volta ao cenário político e vence as eleições presidenciais. Graças a sua postura nacionalista, ele recebe apoio de empresários, Forças Armadas, grupos de políticos no Congresso, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da sociedade.

Enquanto isso, a oposição crescia e se organizava contra o governo. Em 23 de agosto de 1954, 27 generais exigem publicamente a renúncia de Vargas. Na manhã de 24 de agosto, Vargas comete suicídio.

Juscelino Kubitschek de Oliveira assume a presidência em janeiro de 1955 com a promessa de realizar “cinquenta anos em cinco”. A reação à política de JK veio com a eleição do populista Jânio Quadros, que renunciou ao mandato no ano seguinte. Após a saída de Jânio, foi instaurado o “parlamentarismo” no Brasil, tendo esse regime somente ocorrido neste único período da República.

Presidentes:

- Getúlio Dornelles Vargas - 1930 / 1945
- José Linhares - 1945 / 1946
- General Eurico Gaspar Dutra - 1946 / 1951
- Getúlio Dornelles Vargas – 1951 / 1954
- João Café Filho - 1954 / 1955
- Carlos Coimbra da Luz - 1955 / 1955
- Nereu de Oliveira Ramos - 1955 / 1956
- Juscelino Kubitschek de Oliveira - 1956 / 1961
- Jânio da Silva Quadros - 1961 / 1961
- Paschoal Ranieri Mazzilli - 1961/ 1961
- João Belchior Marques Goulart - 1961/ 1964

Primeiros Ministros:

- Tancredo de Almeida Neves - 1961 / 1962
- Francisco Brochado da Rocha - 1962 / 1962
- Hermes Lima - 1962 / 1963

Ditadura Militar (1964-1985)

Com o aumento da crise política e das tensões sociais, em março de 1964 tropas em Minas Gerais e São Paulo saem às ruas. No dia 9 de abril, é decretado o Ato Institucional Número 1 (AI-1), que cassa mandatos políticos e tira a estabilidade de funcionários públicos.

O marechal Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente. Em seu governo, foram promulgados os Atos Institucionais, que suspenderam os direitos políticos dos cidadãos.

Em 1967, o marechal Arthur da Costa e Silva assume a presidência e decreta, em 1968, o Ato Institucional Número 5 (AI-5), que fechou o sistema político e ampliou a repressão da ditadura.

No final de 1969, Costa e Silva adoece e é substituído por uma junta militar. Em seguida, o general Emílio Garrastazu Médici assume a presidência. Com ele, cresce a repressão e uma severa política de censura é colocada em prática para todos os meios de comunicação e expressão.

Sucessor de Médici, o general Ernesto Geisel inicia um lento processo de transição rumo à democracia. Em 1978, ele acaba com o AI-5 e impõe o general João Batista Figueiredo para a sucessão. Figueiredo decreta então a Lei da Anistia e restabelece o pluripartidarismo.

Presidentes:

- Paschoal Ranieri Mazzilli - 1964 / 1964
- General Humberto de Alencar Castelo Branco - 1964 / 1967
- General Arthur da Costa e Silva - 1967 / 1969
- Junta Militar - 1969 / 1969
- General Emílio Garrastazu Médice - 1969 / 1974
- General Ernesto Geisel - 1974 / 1979
- General João Baptista de Oliveira Figueiredo - 1979 / 1985

Nova República (1985-dias atuais)

A Nova República é o período que se seguiu ao governo militar caracterizado pela democratização política e pela estabilização econômica.

Em 1984, o movimento “Diretas Já”, que se iniciou com o projeto apresentado no Congresso Nacional, pelo deputado do estado do Mato Grosso do Sul Dante de Oliveira, mobilizou milhões de brasileiros que pediam eleições diretas para presidente. Entretanto o mesmo não é aprovado, sendo indiretamente eleito o deputado Tancredo de Almeida Neves.

Tancredo não chega a tomar posse, falecendo vítima de infecção hospitalar. O vice, José Sarney assume e, no seu governo, é formada a assembléia constituinte, liderada pelo deputado Ulysses Guimarães, que promulgada a atual Constituição do Brasil em 1988. O documento instituiu o Estado democrático e a república presidencialista e o voto direto, sem quaisquer restrições a cargos.

Em 1989, Fernando Collor de Mello vence as primeiras eleições diretas para presidente realizadas desde 1960. Praticamente desconhecido no resto do país, sua campanha foi baseada na promessa de combate à corrupção e da construção de uma imagem de líder jovem e dinâmico.

Após dois anos de governo, o Congresso Nacional instaura uma CPI cujas conclusões levam ao pedido de afastamento do presidente (impeachment), mas Collor renunciou antes de ter seu impedimento aprovado.

Após a renúncia, o vice-presidente Itamar Franco assume o cargo. Em sua administração, é implantado o Plano Real. O projeto foi executado pela equipe do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que se elegeu presidente em 1994 e foi reeleito em 1998.

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, ex-metalúrgico, ex-sindicalista, e oriundo das camadas mais pobres da população do país, é eleito presidente da República e reeleito em 2006.

Em 2010 é eleita a primeira mulher para o Cargo de Presidente do Brasil, à ser empossada em 1º de janeiro de 2011, Dilma Rousseff ; vale lembrar que a única vez em que a nação foi liderada por uma mulher, remontamos novamente ao período imperial, quando por algumas vezes, a Princesa Isabel, filha de Pedro II, assumiu a liderança da nação.

Presidentes:

- Tancredo de Almeida Neves - faleceu antes da posse
- José Ribamar Ferreira de Araújo Sarney - 1985 / 1989
- Fernando Collor de Mello - 1989 / 1992
- Itamar Augusto Cautieiro Franco - 1992 / 1995
- Fernando Henrique Cardoso - 1995 / 2003
- Luis Inácio Lula da Silva - 2003 – até a data atual

Meus Irs., encerro assim minha apresentação sobre a República do Brasil, espero ter suprido aos anseios de informação dos Irs., e desde já me ponho de pé e a ordem para dúvidas e sugestões para as próximas realizações.

À todos deixo meu T.F.A., e que o G. A. D. U. vos ilumine e guarde.

G.O. de São Paulo, doze dias do mês de novembro, do ano
2010 da E. V.

Bibliografia

- José Murilo de Carvalho, D.Pedro II - Companhia das Letras – 2007
- Luis Martins, O Patriarca e o Bacharel 2ª.Edição – Editora Alameda - 2008
- Heitor Lyra, História de Dom Pedro II – Itatiaia Editora – 1977
- Pedro Calmon, A vida de D.Pedro II o Rei Folósofo – Editora Biblioteca do Exército – 1975
- Maria de Lourdes Mônico Janotti, Os subversivos da República – Editora Brasiliense – 1986
- Ir.: Joaquim Nabuco, Um estadista do Império – Companhia Editora Nacional – 1936
- João Camilo de Oliveira Torres, A Democracia Coroada – Editora José Olympio – 1952
- Ricardo Salles, Nostalgia Imperial – Editora Topbooks – 1996
- Sílvia Carla Pereira de Brito Fonseca – Revista de História da Biblioteca Nacional

